



Elcio Álvares e Sérgio Machado querem suspender o recesso parlamentar, adiando a votação da LDO

Sarney rejeita solução de Rigotto

O líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), sustentou, ontem, a tese de que o Congresso não deverá ser convocado extraordinariamente para que se suspenda o recesso a fim de completar a votação das emendas que alteram o capítulo da Ordem Econômica. O deputado invoca o parágrafo 2º do artigo 57 da Constituição, que diz: "A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias".

— Bastará que a Câmara aprove a LDO antes de terminar o mês de junho. O Senado deixaria para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias lá pelo dia 15 ou 16 de julho. Antes disso, haveria tempo para votar as emendas que alteram o capítulo da Ordem Econômica, sem a necessidade de uma convocação extraordinária dispendiosa — ensina o deputado gaúcho.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), entende que o expediente de utilizar a LDO como forma de prolongar a sessão legislativa não é o correto. De acordo com a sua interpretação, já transmitida a vários senadores, se a LDO não for votada até o final de junho a sessão se estenderá, mas só para votar esta matéria, não podendo incluir na

pauta nenhuma outra.

O presidente do Senado continua sustentando que se o Presidente, que tem elementos de informação para fazer julgamento mais adequado, entende que o Congresso não pode interromper a sessão para gozar o recesso que o convoque extraordinariamente.

Alerta — "Quando eu percebi que Sarney insistia no recesso, alertei o Palácio do Planalto de que o Presidente precisava entrar no circuito", contou hoje um dos líderes de Fernando Henrique. O impasse nasceu justamente da resistência do Legislativo em se autoconvocar, bancando o ônus político da iniciativa, ao mesmo tempo em que o Executivo também não vê com bons olhos a idéia de acabar com o recesso parlamentar à revelia dos políticos. A Câmara, que já votou as reformas e a rigor não terá o que fazer em julho, é majoritariamente contra a convocação, embora o salário extra fosse bem-vindo para tirar muitos parlamentares do vermelho no Banco do Brasil.

Preocupados com a repercussão que a convocação extraordinária pode provocar, por causa do salário extra a que teriam direito, os líderes do PSDB e do Governo no Senado apresentaram uma proposta

mais barata: adiar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A proposta tem o apoio de pefelistas como o senador José Agripino (RN) e Elcio Álvares (ES), além do tucano Sérgio Machado (CE).

Férias — Contra o argumento de que a prorrogação seria exclusiva para votar a LDO, Sérgio Machado exibiu o relatório de atividades do Senado no ano passado. Não houve recesso em julho de 1994 e os trabalhos do Senado continuaram normalmente até que a lei de diretrizes orçamentárias foi votada. O relator da LDO, senador José Fogaça (PMDB-RS), disse que o projeto está em condições de ser votado até o dia 30.

"O País não pode esperar o Congresso voltar de férias", argumentou Sérgio Machado. Segundo o tucano, não aprovar logo a reforma significa perder investimentos na área de telecomunicação este ano, devido ao atraso na regulamentação. "Trinta dias não mudam a história do Brasil", contestou Jader Barbalho. "Só faria sentido correr se o Executivo, que ainda não se entendeu sobre as regras do jogo, tivesse concluído toda a regulamentação das telecomunicações", concluiu.